

# Educação em direitos humanos: uma revisão de literatura

Human rights education: a literature review

Lauriston de Araújo Carvalho<sup>1</sup>

Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Natal-RN, Brasil

## Resumo

O presente estudo faz uma revisão de literatura sistemática de artigos científicos nacionais e internacionais sobre educação em direitos humanos nas bases de dados Portal Periódicos Capes e LILACS, no período entre 2011 a 2015. A análise do material levou em consideração os critérios: 1. periódicos que os estudos foram publicados; 2. país/região do(s) autor(es); 3. natureza do estudo (empírico/teórico); 4. objetivos e principais resultados. Ao final foram selecionados 44 artigos entre nacionais e internacionais. Os resultados mostram a predominância de publicações em educação e em saúde. A Psicologia apresenta-se como a área mais solicitada para publicação e São Paulo (n=08) e Rio Grande do Sul (n=08) são os estados com mais publicações. Os estudos teóricos (n=28) aparecem em maior número em relação aos empíricos (n=16). No que se refere aos objetivos e resultados dos estudos, os dados mostram que há temas em comum e discrepantes nos estudos nacionais e internacionais. Há doze categorias temáticas nos estudos nacionais: educação em direitos humanos; direitos sexuais e reprodutivos; diversidade sexual; segurança pública/justiça; violência; cidadania; saúde; a questão racial; democracia; direitos da criança e do adolescente; o contexto rural e a questão indígena. Já nos estudos internacionais as categorias temáticas foram divididas em cinco, que são: democracia; educação em direitos humanos; direitos sexuais e reprodutivos; sistema prisional; questão indígena. Conclui-se que a democracia, direitos da criança e do adolescente, o contexto rural e a questão indígena, são áreas de maior carência de estudos, sugerindo-se pesquisas futuras sobre essas temáticas.

**Palavras-chave:** Direitos humanos, Educação, Revisão de literatura.

## Abstract

The present study makes a systematic literature review of national and international scientific articles on human rights education in the Portal Periódicos Capes and LILACS databases, in the period between 2011 and 2015. The criteria for analysis were: 1. periods that the studies were published; 2. country/region of author(s); 3. nature of the study (empirical/theoretical); 4. objectives and main results. Forty-four articles were selected between national and international ones. The results show the predominance of publications in education and health. Psychology is the most requested area for publication and São Paulo (n = 08) and Rio Grande do Sul (n = 08) are the states with the most publications. The theoretical studies (n = 28) appear in greater number than the empirical ones (n = 16). When it comes to the objectives and results of the studies, the data show that there are common and divergent themes in the national and international studies. There are 12 thematic categories in national studies: human rights education; Sexual and reproductive rights; Sexual diversity; Public safety / justice; violence; citizenship; health; the racial issue; democracy; rights of children and adolescents; the rural context and the indigenous issue. Studies in

<sup>1</sup> Psicólogo pela Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF), Mestre em Psicologia pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia (PPGP) da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) e doutorando em Psicologia no Programa de Pós-Graduação em Psicologia (PPGPSI) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. E-mail: lauristonac@hotmail.com

foreign languages thematic categories were divided, which are: democracy; human rights education; sexual and reproductive rights; prison system; the indigenous issue. It is concluded that democracy, children's and adolescent's rights, the rural context and the indigenous issue, are areas with a more significant lack of studies, and so future research on these themes is suggested.

**Keywords:** Human rights, Education, Literature review.

## Introdução

O debate sobre as aproximações entre educação em direitos humanos vêm sendo objeto de intensas reflexões na última década na América Latina e mais especificamente no Brasil. As possíveis aproximações entre os campos se dá na urgência de se construir no imaginário social uma cultura dos direitos humanos, que promova ao mesmo tempo a democratização de processos educativos, como também a sensibilização e a consciência da dignidade de toda pessoa humana face as constantes violações de direitos (CANDAU; SACAVINO, 2013).

Numa perspectiva histórica, a educação em direitos humanos na América Latina se constituiu como um conceito polimorfo e multifacetado, que agrega diferentes conceitos e significados ao passo da história, devendo-se levar em consideração aspectos sociais e históricos de modo a contextualizar o debate. Nesse sentido, Candau e Sacavino (2013) explicam:

Nos anos 1980 a educação em Direitos Humanos na América Latina apresentava a tendência a ser concebida como prática preventiva que procurava defender a vida e fortalecer os processos de democratização. Nos anos 1990, adquiriu legitimidade institucional e especialização, voltou-se para diversos destinatários e níveis de ação. No novo milênio, a educação em Direitos Humanos parece enfatizar a promoção de práticas que permitam às pessoas e aos diferentes grupos sociais o conhecimento e o acesso a seus direitos, a seu empoderamento, à consolidação de uma cultura democrática e ao fortalecimento do Estado de direito. No entanto, convém voltar a assinalar que o seu desenvolvimento é muito heterogêneo e desigual nos diferentes países do continente (CANDAU; SACAVINO, 2013, p.63).

Mais especificamente no contexto brasileiro, a partir da primeira década dos anos 2000 o estreitamento da relação entre direitos humanos e educação ganhou visibilidade com o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH) e as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos (DNEDH). O exercício da cidadania e eixo estruturador do sistema educacional é institucionalizado então com a criação da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD), órgão do Ministério da Educação que em 2011 ampliou sua perspectiva de ação e passou a se designar Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI).

Entretanto, seja no plano internacional ou nacional, os direitos humanos sistematicamente sofrem violações das mais diversas formas de violências. A cotidiana violação de direitos, hoje em dia, leva muitas pessoas a afirmar que os direitos humanos constituem um discurso retórico que serve mais para legitimar situações de violação, do que um instrumento de luta pela justiça, paz e democracia (CANDAU; SACAVINO, 2013).

A corrupção, desigualdade social, o desrespeito à dignidade da pessoa e ações que enfrentam o estado democrático de direito, são trazidas para o plano educacional como obrigação do Estado de assegurar uma prática de ensino e aprendizagem que incorpore os conhecimentos necessários para formar uma cidadania consciente de ser sujeito de direitos e de responsabilidades (INSTITUTO INTERAMERICANO DE DERECHOS HUMANOS, 2003). Assim, a educação em direitos humanos busca tornar os indivíduos sujeitos de direitos, conhecedores dos processos e construções históricas das conquistas, avanços e recuos em relação à efetividade e ampliação dos seus direitos e deveres, fundamentais para práticas saudáveis de convívio coletivo e redução da violência social (SILVA; TAVARES, 2013).

Nesse sentido, Simões e Ribeiro (2014) demonstram a importância da educação em direitos humanos como um dos caminhos para redução da violência social. A partir do resultado de pesquisa bibliográfica na área jurídica, educacional e sociológica, o estudo mostra a imprescindibilidade da educação formal em direitos humanos na escola, os progressos reguladores desta intenção nos últimos anos, bem como os dados e concepções sociais da violência. A inserção dos direitos humanos na formação do cidadão é vista como positiva e marca um período novo para a educação, com vistas a uma sociedade menos violenta.

Cescon e Stecanela (2015) fazem referência aos objetivos perseguidos pela educação em direitos humanos atual, entre os quais se prioriza a formação do sujeito de direitos a partir de observações no cotidiano das instituições educativas. Os autores sugerem, então, que o sentido último da educação em direitos humanos é ser um fator central da democratização de nossa sociedade, na sua contribuição para a erradicação da marginalização e da exclusão, sendo um lugar em que se articulam “valores da liberdade, da justiça, da igualdade, da democracia, do pluralismo e o respeito à diversidade, da tolerância, da solidariedade e do reconhecimento do outro como um legítimo outro” (CESCON; STECANELA, 2015, p.16-17).

Nesse cenário, vale salientar que a produção de conhecimento sobre educação em direitos humanos perpassa diversas outras temáticas. A comunhão desses estudos mostra um panorama de um arcabouço empírico e teórico, nacional e internacional, que deve necessariamente ser levado em consideração.

No que se refere aos estudos nacionais é possível identificar algumas temáticas que atravessam a educação em direitos humanos, como por exemplo, os direitos sexuais e reprodutivos, saúde e questão racial. Os estudos de Moraes e Vitale (2012), Gesser et al. (2012) e Murta et al. (2012) dizem respeito aos marcos legais, instituições e programas sociais que garantem a autonomia do adolescente frente a sua saúde sexual e reprodutiva. No campo específico da saúde, os trabalhos de Lopes et al. (2012), Pinto e Fleury (2012) discutem a formação de estudantes e estágios evolutivos dos direitos à saúde e à educação no Brasil pós-1988. Julio e Strey (2011), Silva e Araújo (2011) abordam a questão racial em relação à educação em direitos humanos, a partir das formas possíveis de articulação da educação em direitos humanos no Brasil e políticas de promoção de igualdade étnico-racial.

Em relação aos estudos internacionais, a democracia, o sistema prisional e a questão indígena são temas que se aproximam da educação em direitos humanos. O estudos de Estêvão (2011b), Cabezado (2013), por exemplo, investigam o papel do cidadão nas democracias modernas e implicações da justiça para concepções de escola. Sobre o tema do sistema prisional, Scarfò e Aued (2013) discutem a educação

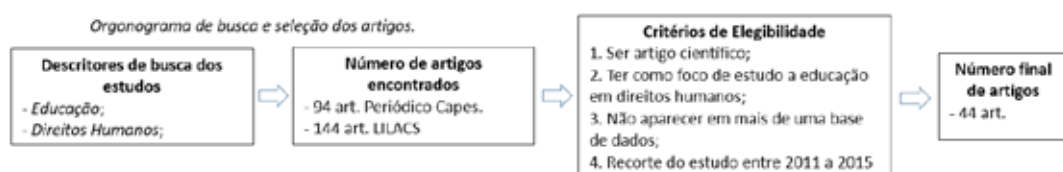
reforçada como um direito e não como um benefício no contexto da escola, enquanto que a respeito da questão indígena, Williamson e Colinir (2015) mostram a educação intercultural no ensino superior que considere os direitos indígenas e permita a expressão de sua cultura, promova a interculturalidade.

A partir do que foi dito até aqui, tomando como referência a educação em direitos humanos na América Latina e no Brasil, é imprescindível a produção de conhecimento sobre as diferentes temáticas que vêm se apresentando na área, tendo como ponto de partida os objetivos dos estudos e principais resultados das produções científicas nacionais e internacionais. Dessa forma, buscamos viabilizar a identificação do direcionamento da produção científica sobre o tema da educação em direitos humanos, para apontar carências de conhecimento na área e fornecer subsídios relevantes para novos estudos. Assim, o presente estudo faz uma revisão de literatura sistemática de artigos científicos sobre educação em direitos humanos nas bases de dados Portal Periódicos Capes e LILACS, justificando a relevância de incluir estudos nacionais e internacionais sobre a temática entre o período de 2011 a 2015, últimos cinco anos da redação do presente estudo.

## Método

O presente estudo trata de uma revisão sistemática (ROTHER, 2007) a partir da seguinte problemática de pesquisa: como a literatura científica nacional e internacional têm produzido conhecimento sobre educação em direitos humanos? A revisão sistemática torna-se pertinente nesta pesquisa por estabelecer critérios específicos de identificação, seleção e avaliação crítica dos estudos coletados, de modo que outros pesquisadores possam repetir o mesmo procedimento. Foram consultadas as bases de dados Portal Periódicos Capes e LILACS, que se constituem como portais digitais de livre acesso a um banco de dados de busca por palavras-chave. Além disso, embora o segundo periódico seja de referência para a área saúde, justifica-se a sua inclusão por integrar estudos nacionais e internacionais sobre a temática da educação em direitos humanos. Foram utilizados como descritores para a busca dos artigos a combinação das palavras *Educação*; *Direitos Humanos*. Por conveniência o recorte do estudo restringiu-se aos últimos cinco anos da redação do presente estudo, entre o período de 2011 a 2015.

A partir dos passos recomendados por Rother (2007) no processo de revisão de literatura sistemática, a primeira etapa consistiu na busca dos artigos nas bases de dados Portal Periódicos Capes e artigos indexados no LILACS. A etapa seguinte foi a consideração dos artigos científicos que contemplassem os seguintes critérios de elegibilidade: 1. ser artigo científico; 2. ter como foco de estudo a educação em direitos humanos; 3. não aparecer em mais de uma base de dados, sendo considerado apenas um dos artigos; 4. fazer parte do recorte do estudo entre 2011 a 2015. Segue o organograma que exemplifica todo o processo de busca e seleção dos artigos.



Fonte: Elaborado pelo autor.

Depois de finalizada a etapa dos critérios de elegibilidade, foram selecionados artigos entre nacionais e internacionais tendo a educação em direitos humanos como foco do estudo. O processo preliminar da análise deu-se com a leitura dos títulos e dos resumos de cada um dos artigos selecionados e depois delimitados segundo os critérios: 1. periódicos que os estudos foram publicados; 2. país/região do(s) autor(es); 3. natureza do estudo (empírico/teórico); 4. objetivos dos estudos e principais resultados. Este último critério foi submetido a categorias temáticas separados por estudos nacionais e internacionais, expressos nas Tabelas 1 e 2.

## Resultados e discussão

A primeira etapa de levantamento dos artigos nas bases de dados possibilitou o acesso a 94 artigos no Portal Periódicos Capes e 144 artigos indexados no LILACS. Depois do crivo dos critérios de elegibilidade foram selecionados 44 artigos entre nacionais (33 artigos) e internacionais (11 artigos) que tinham a educação em direitos humanos como foco do estudo. A análise inicial dos artigos levou em consideração os periódicos que os estudos foram publicados, o país/região do autor, natureza do estudo e objetivos, e principais resultados.

No que diz respeito aos periódicos que foram publicados os estudos, é possível perceber a predominância de publicações em duas grandes áreas, a *educação* e a *saúde*. Em relação à área educacional, por ordem decrescente, o periódico Educação recebeu o maior número de publicações (n=07), seguido dos periódicos Conjectura: Filosofia e Educação (n=05), Revista Eletrônica de Educação (n=02), Revista Portuguesa de Educação (n=02), Revista Diálogo Educacional (n=02). Além do maior número de publicações, a área da educação apresenta o maior número de periódicos solicitados para publicação e obtendo uma publicação cada um: Revista Lusófona de Educação; Avaliação e Políticas Públicas em Educação; Revista Educação por Escrito; Revista Brasileira de Educação Médica; Investigación y Educación en Enfermería; Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional; Revista Colombiana de Educación; Revista Internacional de Educación para la Justicia Social; Educação e Pesquisa; Linhas Críticas. É possível afirmar que a grande quantidade de artigos publicados e o maior número de periódicos solicitados para publicação com interface na educação pode estar relacionado à variável educação da presente revisão de literatura.

Em relação à área da saúde, a Psicologia apresenta-se como a área de conhecimento mais solicitada para publicação, com cinco periódicos e uma publicação em cada um deles: Revista Mal-Estar e Subjetividade, Paideia, Psicologia Clínica, Estudos de Psicologia e Psicologia Teoria e Pesquisa. Outras áreas com interface em saúde também são solicitadas para publicação, destacando-se as revistas Ciência e Saúde Coletiva, Revista da Associação Médica Brasileira, Revista Bioética, Ciência, Cuidado e Saúde e a Revista Gaúcha de Enfermagem.

É possível identificar também periódicos ligados às Ciências Sociais e Direito. Em relação ao primeiro destacamos as revistas Sociedade e Cultura e a revista Pracs: Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP, e aos periódicos ligados ao Direito: a revista Meritum e RDisan. A Pedagogia aparece com um periódico, Estudos Pedagógicas, e a Revista Espaço Acadêmico aceita publicação em todas as áreas do conhecimento.

No que se refere aos países e estados que mais publicaram estudos sobre educação em direitos humanos, há uma predominância de estudos nacionais em relação aos internacionais, tendo São Paulo (n=08) e Rio Grande do Sul (n=08) como os estados com os maiores números de publicações. Em seguida o Distrito Federal (n=05), Rio de Janeiro (n=04), Paraná (n=03), Paraíba (n=02) e Santa Catarina (n=02), são os estados com mais publicações. Os estados do Ceará, Sergipe, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Pernambuco e Amapá, aparecem com uma publicação cada um deles.

Nos países estrangeiros, Portugal (n=04) é o país que mais publica estudos de educação em direitos humanos. A Argentina (n=03) aparece como o segundo país com o maior número de publicações, seguida do México, Chile e Colômbia, com uma publicação cada um deles.

No que se refere à natureza dos estudos publicados, os estudos teóricos (n=28) aparecem em maior número em relação aos empíricos (n=16). Os estudos empíricos focam na percepção dos atores educacionais, enquanto os estudos teóricos apresentam em sua maioria as perspectivas históricas na América Latina e Brasil, que serão melhor detalhados a seguir nos objetivos e resultados dos estudos nacionais e internacionais.

Os objetivos e principais resultados dos estudos sobre educação em direitos humanos (DH) foram submetidos a análise de conteúdo temática expostos na Tabela 01 e Tabela 02, separados por estudos nacionais e internacionais. A Tabela 01 mostra as categorias temáticas dos estudos nacionais em ordem decrescente, sendo categorizadas em doze temas distintos: educação em direitos humanos; direitos sexuais e reprodutivos; diversidade sexual; segurança pública/justiça; violência; cidadania; saúde; a questão racial; democracia; direitos da criança e do adolescente; o contexto rural e a questão indígena. A seguir será discutida cada categoria temática juntamente com a descrição dos estudos através dos seus objetivos e principais resultados.

**Tabela 01:** Categorias temáticas em ordem crescente dos estudos nacionais sobre educação em direitos humanos.

Categorias temáticas	Referência Autoria/ano de publicação	Frêquencia (F)
Educação em Direitos Humanos	- ANDRADE (2013) - CANDAU; SACAVINO (2013) - MONTEIRO DE ARAÚJO (2013) - RAMOS; FRANGELLA (2013) - SANTANDER et al. (2013) - SILVA; SILVA (2013) - SILVA; TAVARES (2013) - CARBONARI (2015) - CESCOS; STECANELA (2015)	F:09
Direitos sexuais e reprodutivos	- MORAES; VITALLE (2011) - CARVALHO et al. (2012) - GESSER et al. (2012) - MURTA, et al. (2012)	F:04
Diversidade sexual	- NOGUEIRA; ALMEIDA (2011) - NOGUEIRA; TORRES (2011) - QUARTIERO; NARDI (2011)	F:03

**Tabela 01:** *Continuação...*

Categorias temáticas	Referência Autoria/ano de publicação	Frêquencia (F)
Segurança Pública/Justiça	- SILVA (2011) - OLIVEIRA; ARAÚJO (2013) - GRACIANO; HADDAD (2015)	F: 03
Violência	- SOUZA et al. (2011) - SCHILLING (2013) - SIMÕES; RIBEIRO(2014)	F:03
Cidadania	- BYDLWSKI; PEREIRA (2011) - ALMEIDA (2012) - CZERNISZ (2013)	F:03
Saúde	- LOPES et al. (2012) - PINTO; FLEURY (2012)	F:02
A questão racial	- JULIO; STREY (2011) - SILVA; ARAÚJO (2011)	F:02
Democracia	- CHAGAS et al. (2012)	F:01
Direitos da criança e do adolescente	- EYNG (2013)	F:01
O contexto rural	- LOCKS et al. (2015)	F:01
A questão indígena	- SILVA (2012)	F:01
<b>TOTAL:</b>		<b>33</b>

Fonte: Elaborada pelo autor.

A categoria *Educação em Direitos humanos* possui o maior número de publicações (n=09) dentre as categorias criadas. Em virtude do foco do presente estudo é possível afirmar a influência no maior número de publicações sobre o assunto. Na categoria os autores fazem referência a perspectivas históricas do DH e educação na América Latina e Brasil, apresentando a literatura pertinente ao assunto, como também os avanços e desafios da educação em DH. Dessa forma, Candau e Sacavino (2013) situam contextualmente a educação em direitos humanos na América Latina e no Brasil amplificando os desafios que se apresentam na formação dos educadores. As autoras citam as contribuições dos estudos fundamentais para o trabalho de educação em DH na América Latina e no Brasil, como os estudos de Nancy Flowers, Peter Fritzsche, Magendz e Silvia Fernández, esta última uma das iniciadoras do trabalho de educação em DH no Chile; Luis Pérez Aguirre um dos fundadores da educação em DH no Uruguai; Mujica no Instituto Peruano de Educação em Direitos Humanos, II Informe Interamericano da Educação em Direitos Humanos e o Instituto Interamericano de Direitos Humanos da Costa Rica.

Em relação aos desafios que se apresentam para a formação de educadores, Candau e Sacavino (2013) afirmam que não basta construir um arcabouço jurídico sobre DH, é preciso que seja internalizada no imaginário social uma cultura dos Direitos Humanos, e neste horizonte, os processos educacionais são fundamentais. Os desafios fundamentais para o desenvolvimento de ações e programas de educação em Direitos Humanos orientados à formação de educadores referem-se a: (a) desconstruir a visão do senso comum sobre DH, associada à proteção de bandidos; (b) assumir uma concepção de educação em direitos humanos clara, haja vista a polissemia de sentidos sobre DH e a educação em DH; (c) articular ações de sensibilização e formação; (d) construir ambientes educativos que respeitem e promovam os DH; (e) incorporar a educação em DH no currículo escolar e na formação inicial e continuada de educadores; (f) estimular a produção de materiais de apoio.

Nessa direção, Santander, Lima e Viola (2013) e Silva e Tavares (2013) discutem avanços da educação em direitos humanos na América Latina e Brasil e focam na análise o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH) e os Planos de Ação. Os autores, destacam a formação dos(as) profissionais como prioridade, demonstrando que os(as) gestores(as) têm dificuldade e necessidade da formação na área dos DH. Contudo, os planos também apresentam propostas para trabalhar os direitos humanos como o eixo norteador no projeto político-pedagógico, atingindo a formação dos(as) estudantes e profissionais. Como avanços na área, indicam a mobilização das Secretarias de Educação, iniciada para desenvolver os Planos de Ação em Educação em Direitos Humanos, e a tendência de transformar projetos pontuais em políticas públicas nos sistemas de ensino.

Cescon e Stecanela, (2015) além de apresentarem antecedentes relativos à educação em direitos humanos na América Latina, mostram suas tensões, obstáculos e objetivos perseguidos. Relembam o difícil momento de ditadura militar e defesa dos DH, creditando às organizações não-governamentais e movimentos populares, atores das importantes conquistas de espaços de diálogo. Como objetivos, para os autores uma educação em direitos humanos deve contribuir com a construção da autonomia do sujeito, capaz de analisar criticamente os discursos da dominação, desconstruí-los e recriá-los. Além de formar sujeitos de direitos que conhecem os corpos normativos referidos aos direitos fundamentais, que conhecem as instituições voltadas para a proteção de seus direitos às quais pode acorrer no caso de violação e finalmente, sujeito de direitos que faz uso da sua liberdade numa atitude de respeito e aceitação do outro.

Ramos e Frangella (2013) e Silva e Silva (2013) analisam a elaboração de políticas curriculares para a educação em direitos humanos como temática indispensável para a composição das políticas brasileiras de escolarização em nosso tempo. A análise sobre direitos humanos e a escola deve direcionar-se a partir de uma abordagem que admita essa ambivalência e valorize a negociação em diferentes arenas, destacando o currículo. Sustenta-se a ideia de revitalização dos direitos humanos na educação básica, como um importante instrumento de justiça escolar. Andrade (2013) argumenta sobre as forças e as fragilidades do processo educacional como uma tensão que deve entender as potencialidades sobre a educação como direito humano, enquanto que Monteiro de Araújo (2013) na discussão das relações entre o tema da educação em direitos humanos e o ensino de história, explica o distanciamento dos docentes em relação ao tema dos direitos humanos motivado em parte pela ausência desse debate nos processos de formação inicial e continuada dos(as) professores(as).

Finalmente, Carbonari, (2015) aborda a noção de sujeito de direitos humanos como central nos processos educativos e como parte integrante da educação. Nessa perspectiva, demonstra a urgência de formação de sujeitos autônomos, críticos e conscientes de sua capacidade de ação no coletivo, contribuindo para o processo de empoderamento, defendido como um dos principais pilares da educação em direitos humanos.

A categoria *Direitos Sexuais e Reprodutivos* é a segunda categoria com o maior número de publicações (n=04). Os estudos sobre essa temática refletem sobre os marcos legais, instituições e programas sociais que garantem a autonomia do adolescente frente a sua saúde sexual e reprodutiva, além de focar em diferentes atores que diretamente ou indiretamente estão relacionados ao tema, como os próprios adolescentes, professores e familiares.



Moraes e Vitale (2012), a partir de um levantamento bibliográfico, apresentam os marcos legais brasileiros que garantem ao adolescente autonomia no trato com sua saúde sexual e reprodutiva. Os resultados encontrados expõem oito legislações imprescindíveis na garantia da vivência da sexualidade de forma mais segura e saudável, são elas: três de Associação de Classe (Conselho Federal de Medicina e Conselho Federal de Enfermagem), uma Portaria Interministerial (Ministério da Saúde e Educação), uma Nota Técnica do Programa Nacional de DST/AIDS e três Leis Federais. Nesse sentido, tais garantias legais afetam diretamente a população adolescente, na garantia de escolarização durante a gestação, período puerperal, licença maternidade, distribuição de preservativos, discriminação por sorologia em ambiente escolar, instrumentos da privacidade no atendimento médico na busca por informações seguras de saúde e no acesso a insumos como preservativos e métodos contraceptivos.

Os autores Carvalho et al. (2012) analisam de que forma as instituições de atendimento de educação (unidade pública de educação infantil no município de Rondonópolis-MT) e saúde (maternidades na cidade do Rio de Janeiro-RJ), que lidam com o público infanto-juvenil, se posicionam frente à garantia dos direitos sexuais e reprodutivos desses sujeitos. Os autores indicam que há dificuldades em se garantir os direitos sexuais de crianças e adolescentes nas práticas institucionais, visto que há uma diferenciação da representação entre sexualidade e genitalidade que afeta a compreensão dos limites entre autonomia e proteção. Conclui-se que para que se possa efetivar a garantia desses direitos é necessário que crianças e adolescentes participem dessa construção teórico-prática.

Gesser et al. (2012) apresentam as contribuições teórico-metodológicas da Psicologia Escolar e áreas afins voltadas à formação de professores para lidar com as questões relacionadas a gênero e sexualidade no contexto escolar. As contribuições devem direcionar esforços no resgate da constituição dos professores como sujeitos, mediando processos nos quais possam se apropriar de suas histórias e reconstruir seu fazer como devir, enfocando não apenas o aspecto racional, mas também ampliar a sensibilidade, a imaginação e a criação. Concluem que os professores devem sair do campo coercitivo, dos padrões estáticos fundamentados em concepções normatizadoras de gênero e sexualidade, para se abrir para o campo da ética e dos direitos humanos.

O estudo de Murta et al. (2012) descreve a avaliação de um programa preventivo para adolescentes, professores e familiares, focado em direitos sexuais e reprodutivos, resiliência e habilidades sociais assertivas. Os resultados do estudo indicam que o grupo dos familiares buscou serviços da comunidade recomendados na intervenção, enquanto que os docentes relataram disposição para atuar no fortalecimento da rede social dos adolescentes e estes relataram melhoria na qualidade da comunicação com os pais, prática de sexo seguro e tolerância à diversidade, sugerindo uma maior atenção aos módulos do programa dedicados às famílias e docentes.

A categoria *Diversidade Sexual* apresenta três publicações todas no ano de 2011. Os estudos dizem respeito à percepção e atitudes de educadores no ensino fundamental sobre a diversidade sexual em ambiente escolar e sobre os enunciados das atuais políticas públicas sobre a diversidade sexual para educação. Nogueira e Almeida (2011) e Almeida et al. (2011), a partir de grupos focais com educadores chamam a atenção para a presença de discursos que caracterizam a homoafetividade

como um desvio de comportamento e anormalidade, no qual, sugere-se que a diversidade sexual exige do educador posturas mais abrangentes, trabalhando com políticas públicas que se articulem a realidade do entorno da escola e da comunidade. Quartiero e Nardi (2011), tendo como foco as atuais políticas públicas sobre diversidade sexual, sugerem que as propostas de inclusão estejam vinculadas a uma carência, desvio do indivíduo que necessita do processo inclusivo, amparando práticas de tolerância das diferenças, tendo como referência a normalidade.

Em relação à categoria *Segurança pública/justiça* com três publicações (n=03), os estudos discutem a relação existente entre a educação, a segurança pública e direitos humanos, como também a educação escolar oferecida a jovens e adultos privados de liberdade. Silva (2011) reflete que as concepções de educação, a segurança pública e direitos humanos, são imprescindíveis na formação de policiais militares, sendo possível tratar temas polêmicos como a violência. Oliveira e Araújo (2013) que tratam da educação escolar oferecida ao preso a partir da lógica dos direitos humanos, observam que a assistência educacional não tem apresentado os resultados desejados na prevenção de crimes e de orientação do preso, uma vez que a preocupação maior tem sido a de manter a pessoa presa sem o devido oferecimento dos meios à sua recuperação e o respeito à dignidade da pessoa humana, princípio fundamental da Constituição Federal de 1988. Semelhante a isso, em estudo mais recente, Graciano e Haddad, (2015) explicam que o direito à educação ao preso tem sido utilizado como mecanismo de controle das populações encarceradas, distante do seu reconhecimento com um processo de promoção humana e reinserção na sociedade.

A categoria seguinte, *Violência*, conta também com três publicações (n=03), e propõem a análise de políticas públicas sociais de jovens em situação de vulnerabilidade, como também percepções de diversos atores sociais ligados à escola sobre o justo/injusto e a importância da educação em direitos humanos como um dos caminhos para redução da violência social. Souza et al. (2011) ao descreverem a aplicação do método de Inserção Ecológica num programa de intervenção para educação em direitos humanos e protagonismo juvenil mostram as mudanças positivas na criação de microssistemas no comportamento e respeito às regras pelos jovens. Schilling (2013) através da percepção de diversos atores sociais ligados a escola, mostra a escola justa fundamentada no respeito à igualdade de direitos, respeito às diferenças, diálogo, que se reconheça o mérito e qualidade de ensino e princípios pedagógicos. Simões e Ribeiro (2014) discutem a importância da educação em direitos humanos na formação do cidadão, a partir de reformas educacionais e da inclusão da temática nos currículos, livros didáticos e no cotidiano escolar, contribuindo para uma sociedade menos violenta.

A categoria com a temática sobre *Cidadania* apresenta três publicações (n=03) nos anos 2011 e 2012. Os estudos investigam as representações de professores sobre cidadania e as políticas públicas de formação do cidadão trabalhador. A análise do programa Centro de Integração da Cidadania (CIC), também é objeto de estudo. Dessa forma, no estudo de Bydlowski, Lefèvre e Pereira (2011), que tem como objetivo conhecer as representações sociais do professor sobre o aluno ser cidadão, os docentes percebem a cidadania de forma ampla e não a limitam a um conjunto de direitos/deveres que levam em consideração aspectos intelectuais, emocionais e sociais, atitudes fundamentais para o alcance de melhores condições de saúde e vida da população brasileira. Czernisz (2013) revela que o ensino médio e profissional

ao atender as exigências do mercado de trabalho, está formando trabalhadores instrumentalizados, ao passo de uma educação, ciência e tecnologia que possam ser utilizadas para o bem da humanidade e que possam contribuir com o exercício da cidadania e dos direitos humanos. Almeida (2012) mostra que o CIC pode ser um espaço institucional que presta atendimento ao cidadão de forma individual/grupos e propicie a descoberta de qual atividade é mais adequada para seu desenvolvimento como sujeito de direito. O bom funcionamento e qualidade das atividades prestadas pelo programa perpassam a formação dos profissionais que lá trabalham ou que anseiam trabalhar, de forma interdisciplinar e inovadora.

A categoria *Saúde* com duas publicações (n=02) é composta dos estudos que tratam da formação de estudantes na possibilidade de integração de ensino-serviço, por meio do Programa de Educação pelo Trabalho para a Saúde – PET-Saúde –, e discute estágios evolutivos dos direitos à saúde e à educação no Brasil pós-1988. Lopes et al. (2012) destacam o envolvimento com a comunidade e a sensibilização/capacitação do Agentes Comunitários de Saúde – ACS – como estratégias fundamentais para efetivar a noção de responsabilidade territorial em saúde e universalização da atenção básica. Pinto e Fleury (2012) ressaltam que o financiamento estatal da saúde no Brasil é problema mal concebido e resolvido no próprio Art. 198 da CF/88, com a redação dada pela EC nº 29/00. Na educação não houve distribuição de responsabilidades federativas e permanece a falta de uma regra clara de equilíbrio entre receitas disponíveis e despesas a serem cobertas no dever de financiamento mínimo das ações e serviços públicos de saúde.

No que se refere à categoria *A questão racial*, duas publicações fazem a sua composição. Julio e Strey (2011) abordam as maneiras de como vão sendo construídas a discriminação e o preconceito racial no dia a dia e sua influência na capacidade dos negros de romperem com a opressão, sugerindo os trabalhos de consciência de pertencimento racial, a inclusão educacional em todos os níveis e a assunção dos não-negros em reconhecer o racismo, o preconceito e a discriminação. No estudo de Silva e Araújo (2011) são discutidas as possíveis formas de articulação da educação em direitos humanos no Brasil e políticas de promoção de igualdade étnico-racial, na qual, a implantação de uma educação aberta para o diálogo com os movimentos sociais pautada na discussão das diferenças é fundamental.

A categoria *Democracia* possui uma publicação. O estudo trata de um relato de experiência de um psicólogo escolar acerca da implementação da noção de democracia na escola para crianças, sendo demonstrada a importância da psicologia na construção de uma educação para a democracia que trabalhe junto aos educandos não apenas o conhecimento de seus direitos, mas a aprendizagem e o desenvolvimento de práticas cidadãs (CHAGAS et al., 2012). A categoria *Direitos da criança e do adolescente*, também com uma publicação, diz respeito às percepções de atores sociais ligados a escola e ações estratégicas no fortalecimento de múltiplas configurações do trabalho de proteção e garantia de direitos da criança e do adolescente, podendo serem destacados programas de convivência na superação das violências nas escolas, “a vivência e garantia de direitos na convivência escolar, sobretudo o respeito, adoção de concepções pós-críticas no currículo escolar, em função do potencial que essas perspectivas apresentam para promover o diálogo com e na diversidade” (EYNG, 2013, p.263).

No que se refere à categoria *O contexto rural*, composta de uma publicação (n=01), o estudo reflete sobre a educação escolar no meio rural brasileiro na interface com

os direitos humanos e aponta como desafios as seguintes questões: o consórcio dos entes federados nem sempre são afinados com o cumprimento do marco regulatório da educação do campo; poucas iniciativas de formação inicial e continuada específica para professores da Educação do Campo; estrutura material precária das escolas; o material didático-pedagógico contempla conteúdos descontextualizados e inadequados às peculiaridades locais, às vivências e necessidades dos usuários da escola, dentre outras (LOCKS et al., 2015). Por fim, a categoria *A questão indígena* com uma publicação (n=01) explicita as representações diferenciadas que os povos indígenas possuem acerca das crianças e adolescentes e os problemas sociais enfrentados por estes, apontando para a necessidade de superar a postura tutelar arraigada ao estado no relacionamento com os povos indígenas (SILVA, 2012).

A seguir serão apresentadas as categorias temáticas dos estudos internacionais em ordem crescente expostas na Tabela 02. Como pode ser observado, as categorias temáticas foram divididas em cinco categorias distintas, que são: democracia; educação em direitos humanos; direitos sexuais e reprodutivos; sistema prisional; a questão indígena. É possível perceber que os estudos nacionais e internacionais apresentam temas distintos e semelhantes, distinguindo-se a partir do foco de estudo e quantidade de publicações em determinada categoria.

**Tabela 02:** categorias temáticas em ordem crescente dos estudos internacionais sobre educação em direitos humanos.

Categorias temáticas	Referência Autoria/ano de publicação	Frêquencia (F)
Democracia	- ESTEVÃO (2011a) - ESTEVÃO (2011b) - CABEZUDO (2013) - ESTEVÃO (2013) - LÚCIO (2013)	F: 05
Educação em Direitos Humanos	- ARGUELLO (2011) - BERNAL (2013) - COVELL (2013)	F:03
Direitos sexuais e reprodutivos	- ATHEORTUA; ARANGO (2012)	F:01
Sistema prisional	- SCARFO; AUED (2013)	F:01
A questão indígena	- WILLIAMSON; COLLNIR (2015)	F:01
TOTAL:		11

Fonte: Elaborada pelo autor.

A começar pela categoria *Democracia*, esta apresenta o maior número de publicações, dentre as categorias presentes na Tabela 02, com cinco publicações (n=05). Comparando com a Tabela 01, o tema democracia apresenta maior número de publicações internacionais, com estudos que investigam a educação para a paz, a condição de cidadão e o seu papel nas democracias modernas e as implicações da justiça para concepções de escola. Os estudos de Estêvão (2011a; 2011b; 2013) refletem sobre o lugar da justiça e dos direitos humanos na educação, e as suas implicações em termos de concepções de escola, de cultura escolar, de currículo e de aprendizagem, favorecedoras de uma democracia mais densa e comprometida com a emancipação e os direitos humanos. Além disso, analisa criticamente a democracia como direitos humanos explorando a especificidade e o alcance de dois dos seus vetores: a politicidade e a dialogicidade. Cabezudo (2013), em sua pesquisa, busca

demonstrar que a educação para a paz implica compromisso com princípios pedagógicos democráticos, transformando-se hoje numa obrigação ética, necessidade social no campo da docência latino-americana. Lúcio (2013) apresenta a discussão sobre a autonomia do sujeito enquanto pessoa, a sua condição de cidadão e o seu papel nas democracias modernas. Assim, considera-se que existência dos direitos humanos reclama um compromisso ético, integrando a busca da igualdade, na necessidade de educar para os direitos, que significa educar para os direitos do outro.

A categoria *Educação em Direitos Humanos* congrega três publicações (n=03). Argüello (2011) no seu estudo biográfico sobre Rodolfo Stavenhagen, entende a educação nos direitos humanos como tarefa política não alheia às realidades de reconhecimento e promoção do *outro*, o que implica sua proteção e promoção não só no nível da individualidade, como também em relação aos outros com quem compartilha-se certo espaço social. Bernal (2013), numa perspectiva foucaultiana salienta regularidades enunciativas que configuram as práticas discursivas ao redor da educação em direitos humanos entendendo-as como reguladoras das práticas sociais e das ações dos agentes sociais. Covell (2013) descreve sobre um estudo de caso de educação de crianças em direitos humanos na Inglaterra, demonstrando que ao passar dos anos as crianças tornam-se cada vez mais respeitosas aos direitos dos demais, o que representa mudanças positivas de atitude e comportamento, revelando que as escolas em que os direitos das crianças são explicitamente ensinados e praticados são mais eficazes em promover a justiça social.

A categoria *Direitos sexuais e reprodutivos* que possui uma publicação (n=01) identifica as atitudes dos adolescentes escolarizados frente a sua saúde sexual e reprodutiva. Dentre essas atitudes pode-se elencar o entendimento do exercício da sexualidade e utilização dos métodos contraceptivos como parte dos direitos humanos e o reconhecimento dos pais como importantes fontes de informação sobre fertilidade (ATEHORTÚA; ARANGO, 2012). A categoria *Sistema prisional* também com uma publicação, no contexto argentino, reflete sobre o para que e o porquê da prisão, e como a educação neste contexto é reforçada como um direito e não como um benefício (SCARFÒ; AUED, 2013). Por fim, a categoria *A questão indígena* com uma publicação mostra um panorama da educação intercultural no ensino superior do Chile refletindo o ensino superior que considere os direitos indígenas e permita a expressão de sua cultura, promovendo a interculturalidade (WILLIAMSON; COLINIR, 2015).

## Conclusão

A presente revisão de literatura sistemática permitiu delinear um panorama da produção de conhecimento em educação em direitos humanos ao longo dos últimos cinco anos (2011-2015). A coleta dos dados e análise dos resultados proporcionaram subsídios teóricos para compreensão de aspectos concernentes aos objetivos da revisão, exemplificados nos critérios de análise: periódicos que os estudos foram publicados; país/região do(s) autor(es); natureza do estudo (empírico/teórico); objetivos e principais resultados.

Dessa forma, quanto aos estudos nacionais e internacionais, os resultados demonstram que há uma predominância de publicações nas áreas da *educação* e *saúde*, sendo que a Educação e a Psicologia são os campos de conhecimento que mais

produzem estudos sobre a temática dos direitos humanos em educação. No que diz respeito ao país/região de origem das publicações, as regiões Sul e Sudeste do Brasil (São Paulo, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro) reúnem o maior número de publicações. O Distrito Federal é o único fora do eixo Sul-Sudeste com número superior a duas publicações, o que demonstra uma produção ainda escassa em outras regiões/estados brasileiros. Argentina, México, Chile e Colômbia são os países com publicações na temática, tendo Portugal a maior quantidade. Analisados conjuntamente, estudos nacionais e internacionais, há mais pesquisas teóricas sendo publicadas em comparação com as empíricas.

Os objetivos e principais resultados dos estudos nacionais sobre educação em direitos humanos foram categorizados em doze temas distintos: educação em direitos humanos; direitos sexuais e reprodutivos; diversidade sexual; segurança pública/justiça; violência; cidadania; saúde; a questão racial; democracia; direitos da criança e do adolescente; o contexto rural e a questão indígena. Enquanto que os estudos internacionais foram categorizados em cinco categorias temáticas: democracia; educação em direitos humanos; direitos sexuais e reprodutivos; sistema prisional; a questão indígena.

A partir disso podemos inferir que existem temáticas semelhantes entre os estudos nacionais e internacionais (democracia, educação em direitos humanos, direitos sexuais e reprodutivos e a questão indígena). Apesar disso, não constatamos nenhum estudo desenvolvido em parceria entre autores/grupos de pesquisa/universidades de diferentes países, apenas entre universidades nacionais que são os estudos de Nogueira e Almeida (2011), Almeida et al. (2011), Carvalho et al. (2012), Lopes et al. (2012) e Santander, Lima e Viola (2013). Além disso, há temáticas pouco exploradas com escassa produção de artigos, que obtiveram uma publicação, são elas: democracia; direitos da criança e do adolescente; o contexto rural e a questão indígena (no âmbito nacional) e os direitos sexuais e reprodutivos; sistema prisional; a questão indígena (âmbito internacional).

É importante salientar que a busca apenas de artigos científicos nas bases de dados dos periódicos revela-se como um limite metodológico da pesquisa. A coleta de teses e dissertações poderia contribuir para uma análise complementar e mais profunda, alcançando outros periódicos, países, regiões/estados e novas temáticas não detectadas na presente pesquisa. À vista disso, sugerimos para futuras pesquisas em direitos humanos e educação: 1. A coleta de tese e dissertações, 2. Foco em temáticas que sejam similares a outros países, contribuindo para o intercâmbio de conhecimento com o desenvolvimento de estudos em parcerias, 3. No contexto nacional, a união de esforços em pesquisas que apresentam ainda uma tímida produção.

## Referências

- ALMEIDA, Sandra A.; NOGUEIRA, Jordana A.; SILVA, Antonia O.; TORRES, Gilson V. Orientação sexual nas escolas: fato ou anseio? **Revista Gaúcha de Enfermagem**, Porto Alegre, v.32, n.1, p.107-113, 2011.
- ALMEIDA, Guilherme A. Centro de Integração da Cidadania (CIC): uma experiência inovadora de acesso à Justiça e educação em direitos humanos. **Meritum**, Belo Horizonte, v.7, n.2, p.11-29, 2012.
- ANDRADE, Marcelo. É a educação um direito humano? Em busca de razões suficientes para se justificar o direito de formar-se como humano. **Educação**, Porto Alegre, v.36, n.1, p.21-27, 2013.
- ARGÜELLO, Andrés. Alteridad en la educación en derechos humanos. Un estudio biográfico de Rodolfo Stavenhagen. **Estudio Pedagógicos**, México, v. 27, n.1, p.25-34, 2011.

- ATEHORTÚA, Isabel C.G.; ARANGO, Doris C. Actitudes de los adolescentes escolarizados frente a la salud sexual y reproductiva. **Investigación y Educación en Enfermería**, Medellín, v.30, n.1, p.77-85, 2012.
- BERNAL, Óscar O.E. Educación en derechos humanos: esbozo de una lectura biopolítica. **Revista Colombiana de Educación**, Bogotá, n.65, p.103-121, 2013.
- BYDŁOWSKI, Cynthia R.; LEFÈVRE, Ana M.C.; PEREIRA, Isabel M.T.B. Promoção da saúde e a formação cidadã: a percepção do professor sobre cidadania. **Ciência & Saúde Coletiva**, v.16, n.3, p.1771-1780, 2011.
- CABEZUDO, Alicia. Acerca de una educación para la paz, los derechos humanos y el desarme: desafío pedagógico de nuestro tiempo. **Educación**, Porto Alegre, v.36, n.1, p.44-49, 2013.
- CANDAU, Vera M.F.; SACAIVINO, Susana B. Educação em direitos humanos e formação de educadores. **Educación**, Porto Alegre, v.36, n.1, p.59-66, 2013.
- CARBONARI, Paulo C. A formação do sujeito de direitos humanos pela educação: bases ético-filosóficas da educação em direitos humanos. **Conjectura: Filosofia e Educação**, Caxias do Sul, v.20, n. especial, p.14-38, 2015.
- CARVALHO, Cíntia S.; SILVA, Elisângela R.; SOUZA, Solange J.; SALGADO, Raquel G. Direitos sexuais de crianças e adolescentes: avanços e entraves. **Psicologia Clínica**, Rio de Janeiro, v.24, n.1, p.69-88, 2012.
- CESCON, Everaldo; STECANELA, Nilda. Educação e paz em direitos humanos. **Conjectura: Filosofia e Educação**, Caxias do Sul, v.20, n.especial, p.85-100, 2015.
- CHAGAS, Júlia C.; PEDROZA, Regina L.S.; BRANCO, Angela U. Direitos humanos e democracia na educação infantil: atuação do psicólogo escolar em uma associação pró-educação. **Estudos de Psicologia**, v.17, n.1, p.73-81, 2012.
- COVELL, Katherine. Educación de los derechos humanos de los niños como medio para la justicia social: un estudio de caso desde Inglaterra. **RIEJS**, v.2, n.1, p.2254-31-39, 2013.
- CZERNISZ, Eliane C.S. Educação e Direitos Humanos: análise da formação no Ensino Médio e Profissional. **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, v.13, n.39, p.729-745, 2013.
- ESTÊVÃO, Carlos V. Democracia, Direitos Humanos e Educação: para uma perspectiva crítica de educação para os direitos humanos. **Revista Lusófona de Educação**, Portugal, n.17, p.11-30, 2011a.
- ESTÊVÃO, Carlos V. Direitos humanos e educação para uma outra democracia. **Avaliação e políticas públicas em educação**, Rio de Janeiro, v.19, n.70, p.9-20, 2011b.
- ESTÊVÃO, Carlos A.V. Democracia política, democracia escolar e educação para os direitos humanos. **Educación**, Porto Alegre, v.28, n.34, 2013.
- EYNG, Ana M. Direitos humanos e violência nas escolas: desafios do trabalho em rede. **Revista Portuguesa de Educação**, v.26, n.2, p.245-266, 2013.
- GESSER, Marivete; OLTRAMARI, Leandro C.; CORD, Denise; NUERNBERG, Adriano H. Psicologia Escolar e formação continuada de professores em gênero e sexualidade. **Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional**, São Paulo, v.16, n.2, p.229-236, 2012.
- GRACIANO, Mariângela; HADDAD, Sérgio. O direito humano à educação de pessoas e jovens e adultas presas. **Conjectura: Filosofia e Educação**, Caxias do Sul, v.20, n.especial, p.39-66, 2015.
- INSTITUTO INTERAMERICANO DE DERECHOS HUMANOS. **Informe Interamericano de la Educación en Derechos Humanos**. Un estudio en 19 países. Parte II: Desarrollo en el currículo y textos escolares. San José: IIDH, 2003.
- JULIO, Ana L.S.; STREY, Marlene N. A Educação como medida de eliminação do racismo: uma questão de direitos humanos. **Revista Educação por Escrito**, Rio Grande do Sul, v.2, n.1, p.42-54, 2011.
- LOCKS, Geraldo A.; GRAUPE, Mareli E.; PEREIRA, Jisilaine. A. Educação do campo e direitos humanos: uma conquista, muitos desafios. **Conjectura: Filosofia e Educação**, Caxias do Sul, v.20, n. especial, p.131-154, 2015.
- LOPES, Roseli E.; MALFITANO, Ana P.S.; PALMA, Ariane M.; FURLAN, Paula G.; BRITO, Eni M. Educação e Saúde: Territórios de Responsabilidade, Comunidade e Demandas Sociais. **Revista Brasileira de Educação Médica**, v.36, n.1, p.18-26, 2012.
- LÚCIO, Álvaro L. Desenvolvimento, educação e direitos humanos. **Revista Portuguesa de Educação**, Minho, v.26, n.2, p.225-243, 2013.
- MONTEIRO DE ARAÚJO, Cinthia. Alianças entre o PNEDH e o ensino de história: concepções docentes sobre as relações entre educação e direitos humanos. **Educación**, Porto Alegre, v.36, n.1, p.67-73, 2013.
- MORAES, Sílvia P.; VITALE, Maria S.S. Direitos sexuais e reprodutivos na adolescência. **Revista da Associação Médica Brasileira**, v.58, n.1, p.48-52, 2012.

MURTA, Sheila G.; ROSA, Isabela O.; MENEZES, Jordana C.L.; RIEIRO, Marcella R.S.; BORGES, Ohary S.; PAULO, Sílvia G.; OLIVEIRA, Verônica; RIBEIRO, Danilo C.; PRETTE, Almir Del; PRETTE, Zilda Del. Direitos Sexuais e Reprodutivos na Escola: Avaliação Qualitativa de um Estudo Piloto. **Psicologia: teoria e pesquisa**, v.28, n.3, p.335-344, 2012.

NOGUEIRA, Jordana A.; ALMEIDA, Sandra A. Diversidade sexual no contexto escolar: percepção e atitudes de educadores. **Ciência, Cuidado e Saúde**, v.10, n.3, p.459-466, 2011.

OLIVEIRA, Leandro S.S.; ARAÚJO, Elson L. A educação escolar nas prisões: um olhar a partir dos direitos humanos. **Revista Eletrônica de Educação**, São Carlos-SP, v. 7, n. 1, p.177-191, maio/2013.

PINTO, Élide G.; FLEURY, Sonia. Custeio do direito à saúde: em busca da mesma proteção constitucional conquistada pelo direito à educação. **RDisan**, São Paulo, v.12, n.3, p.54-80, 2012.

QUARTIERO, Eliana T.; NARDI, Henrique C. A Diversidade Sexual na Escola: Produção de Subjetividade e Políticas Públicas. **Revista Mal-estar e Subjetividade**, Fortaleza, v. 11, n.2, p.701-725, 2011.

RAMOS, Aura H.; FRANGELLA, Rita C.P. Currículo de educação em direitos humanos: sentidos em embates/articulações. **Educação**, Porto Alegre, v. 36, n. 1, p.14-20, 2013.

ROTHER, Edna T. Revisão sistemática x Revisão narrativa. **Acta Paul Enferm**, v.20, n.2, p.v-vi, 2007.

SANTANDER, Carlos; LIMA, Ricardo B.; VIOLA, Solon E.N. América Latina: fronteiras e horizontes comuns da Educação em Direitos Humanos. **Sociedade e Cultura**, Goiânia, v.16, n.2, p.249-255, 2013.

SCARFÒ, Francisco José; AUED, Victoria. El derecho a la educación en las cárceles: abordaje situacional. Aportes para la reflexión sobre la educación como derecho humano en contextos de la cárcel. **Revista Eletrônica de Educação**, São Carlos, SP, v. 7, no. 1, p.88-98, mai. 2013.

SCHILLING, Flávia. Igualdade, desigualdade e diferenças: o que é uma escola justa? **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 39, n. 1, p. 31-48, 2013.

SILVA, Raimundo P. Educação e Segurança Pública: uma perspectiva de Cidadania e Direitos Humanos. **Revista Espaço Acadêmico**, n.125, p.85-93, 2011.

SILVA, Paulo V.B.; ARAÚJO, Débora C. Educação em Direitos Humanos e Promoção da Igualdade Racial. **Linhas Críticas**, Brasília, v. 17, n. 34, p.483-505, 2011.

SILVA, Cristhian T. Crianças e adolescentes indígenas em perspectiva antropológica: repensando conflitos éticos e interculturais. **Revista Bioética**, v.19, n.3, p.119-31, 2012.

SILVA, Rodrigo M.D.; SILVA, Roberto R.D. Educação, direitos humanos e reconstrução social nas políticas contemporâneas de escolarização no Brasil. **Revista Diálogos em Educação**, Curitiba, v. 13, n. 39, p. 485-504, 2013.

SILVA, Aida M.M.; TAVARES, Celma. Educação em direitos humanos no Brasil: contexto, processo de desenvolvimento, conquistas e limites. **Educação**, Porto Alegre, v. 36, n. 1, p. 50-58, 2013.

SIMÕES, Helena C.G.Q.; RIBEIRO, André E.M. Educação em direitos humanos: um caminho para superação da violência social. **PRACS**, Macapá, v.7 n. 1, p. 27-38, 2014.

SOUZA, Ana P.L.; DUTRA-TOMÉ, Luciana; SCHIRÓ, Eva D.B.D.; MORAIS, Camila A.; KOLLER, Sílvia H. Criando contextos ecológicos de desenvolvimento e direitos humanos para adolescentes. **Paidéia**, v.21, n.49, p.273-278, 2011.

WILLIAMSON, Guillermo; COLINIR, Maria D. Interculturalidade no Ensino Superior: ações e reflexões desde os direitos humanos. **Conjectura: Filosofia e Educação**, Caxias do Sul, v.20, n.especial, p.101-130, 2015.

Enviado em: 03/dezembro/2016

Aprovado em: 29/junho/2017